Partido Socialista/Açores
Grupo Parlamentar

INTERVENÇÃO NA DISCUSSÃO DO PLANO E ORÇAMENTO ANUAL 2013

Horta, 20 de março de 2013

Senhora Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

A política de saúde deve garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde nos limites dos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis.

A proteção da saúde é um direito dos indivíduos e da comunidade que deve resultar de uma responsabilidade conjunta dos cidadãos, da sociedade e do Estado, devendo os serviços de saúde estruturar o seu funcionam de acordo com o interesse dos utentes, articularem-se entre si, por forma a obter deles o maior proveito socialmente útil e a evitar o desperdício e a utilização indevida dos serviços.

O Serviço Regional de Saúde (SRS) criado há cerca de 30 anos, foi progressivamente reorganizado, e alcançou um patamar que nos aproximou do que de melhor pode ser oferecido.

Hoje, evidencia-se por uma ampla modernização de infra-estruturas e de equipamentos, por mais, melhores e diferenciados recursos humanos, no acompanhar das inovações das ciências da saúde, nas

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima, 9900-858-Horta
Tel. 292 207 640 · Fax 292 391 086 · email gpps@alra.pt
www.psacores.org · www.jsacores.org

evoluções tecnológicas e na disponibilização de novos meios de tratamento, alguns bem mais onerosos.

A par dos ganhos em saúde são significativos os investimentos feitos na área da Saúde, desde o melhoramento das infra-estruturas - remodelação, apetrechamento e modernização de equipamentos, mas, sem dúvida, que as obras mais emblemáticas dos Governos do Partido Socialista são o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, o Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, o Centro de Saúde da Madalena e o Bloco C do Hospital da Horta, estes em fases de construção/conclusão.

As Estatísticas da Saúde – 2000 a 2011, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística - confirmam que aumentámos em 48,1% o número total de médicos, que apesar de serem em maior número da carreira hospitalar, também confirmam o maior aumento de sempre no número de médicos da carreira de medicina geral e familiar + 29,6% (118 para 153), o que permitiu diminuir em 47,8% o número de Açorianos sem médico de família, isto é, diminuímos para os atuais 37 686.

Na carreira de enfermagem verificamos um aumento de 51,5%, tal como verificamos um aumento de 73,5% no número de técnicos de diagnóstico e terapêutica e de 78,3% nos técnicos superiores de saúde.

No mesmo período as consultas programadas aumentaram 33%, (404 178 – 603 612), a que se acrescentam 63 549 consultas extraordinárias realizadas em programas de acessibilidade, o número de cirurgias programadas aumentou 29,3% (10 984 – 15 534), a que acrescem 2.176 cirurgias extraordinárias dos programas de acessibilidade, registou-se o aumento do número de atendimentos urgentes em 0,9% e regista-se um aumento significativo em todos os meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

Mas, a tudo isto, não devemos dissociar um conjunto de indicadores de saúde, que são o resultado de um Serviço Regional de Saúde que, todos os dias, procura melhorar a prestação de mais e melhores cuidados.

Em 2011, a taxa de natalidade, permilagem, é de 11,1, a taxa de mortalidade de 9,6, a taxa de mortalidade infantil de 2,9, a que acompanha um índice de envelhecimento médio de 74 anos.
Associam-se a estes resultados, uma diminuição no número de óbitos por diversas causas de morte.

Diminuíram o número de óbitos por algumas doenças neoplásicas malignas, diminuíram o número de óbitos por doenças circulatórias, por doença cardíaca isquémica e por doenças cérebro-vasculares.

Numa descrição sucinta, estas são respostas efetivas do atual Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista compreende que é natural, em todas as épocas, os serviços de saúde passarem por várias transformações, umas de esperança, outras de desilusão.

As evidências ensinam-nos a não dissociar um gradual e acrescido esforço financeiro no orçamento das instituições que compõem o SRS, e com influência direta no orçamento da Região, fruto das evidências atrás explicitadas.
Por todas estas razões torna-se evidente o esforço do Partido Socialista e dos seus Governos em aumentar significativa e anualmente o orçamento para o setor da Saúde.

A proposta de orçamento e o plano para 2013, que hoje discutimos, vai ao encontro da estabilidade e da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.
O aumento de 30 milhões de euros no orçamento, não pode ser visto como sendo mais um investimento na área da saúde, mas também, a prova evidente da prioridade que o XI Governo Regional dá à política de saúde.

Os objetivos definidos enquadram-se no rigor das finanças públicas da região, e garantem a acessibilidade, a equidade, a eficiência e a confiança que todos nós merecemos, no que à saúde nos diz respeito.
Hoje, com a evidente evolução verificada no Serviço Regional de Saúde, discute-se a necessidade de assegurar a sua viabilidade financeira, que se traduz numa única palavra: ***sustentabilidade****.*

O seu financiamento ou falta dele não é a origem primeira de tudo.

As evidências confirmam que o utente/doente vai criando e incentivando as suas próprias *normas,* porque pretende entrar no sistema e receber uma resposta sem demora.
Todos temos de saber e perceber que os utentes e doentes *entendem* o Serviço Regional de Saúde, e desejam a continuidade dos cuidados, centrada nas *suas expectativas* – acessibilidade fácil, a escolha do médico preferido, a realização dos mais diferenciados exames complementares de diagnóstico, o tratamento adequado, em resumo, a obtenção da resposta completa, eficiente e humanizada, em tempo útil, dos vários serviços que o integram.

A esta evidência juntam-se outros fatores com influência direta nos custos da Saúde.
O aumento das expectativas na prestação de cuidados de saúde, perante a melhoria evidente das infraestruturas, dos recursos humanos, em maior número e com maior diferenciação, da melhoria e

aumento das novas tecnologias e dos novos tratamentos, na aproximação e facilidade que existe na relação utente/doente, serviços de saúde e seus profissionais, o envelhecimento da população, com o aumento exponencial de doenças crónicas, incapacitantes e os cuidados integrados, o aumento da esperança de vida, e, o ainda deficit de médicos da especialidade de medicina geral e familiar.

Senhora Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Os Açores, região geograficamente descontínua, constituída por comunidades com hábitos culturais, educacionais, sociais, económicos e políticos específicos e diversificados, tornam pertinente a abordagem do Serviço Regional de Saúde numa perspetiva de reflexão sobre o que queremos deste Serviço, da sua organização, da sua produtividade, da sua eficiência, da sua eficácia e da sua sustentabilidade, numa perspetiva social que o caracteriza.

Urge implementar medidas que melhorem a gestão, a administração e a racionalidade do setor.

A política de saúde tem caráter evolutivo, adaptando-se permanentemente às condições das realidades regionais, às suas necessidades e aos seus recursos.

Precisamos de modelos de organização atualizados em relação ao tempo em que vivemos e àquele em que vamos viver, que estimulem um sistema de saúde público sustentável.

Todos temos de saber detetar, interpretar e corrigir os desperdícios na área da Saúde.

A **sustentabilidade** impõe novas formas de planeamento e organização dos serviços, a avaliação periódica e sistemática da sua produtividade, da sua qualidade e da sua humanização, como a dos cuidados prestados.
O controlo da **qualidade** de toda a prestação de cuidados de saúde deve estar sujeito ao mesmo nível de exigência.

Devemos **avaliar** aspetos como**, a organização, os recursos humanos existentes, o movimento assistencial, a produtividade, a acessibilidade, a demografia, os indicadores globais de saúde, a morbilidade, a mortalidade, as despesas e o financiamento.**

Estamos obrigados a que se planeie e organize o Serviço Regional de Saúde de acordo com os recursos afetos face às populações que abrange e aos problemas de saúde que possuem, e, simultaneamente, dotar os decisores da informação e dos instrumentos necessários a uma tomada de decisão informada e centrada nos resultados.

Hoje, exige-se um novo paradigma na organização dos sistemas de saúde e na prestação de cuidados: recentrado no cidadão, enfocado nos cuidados de longa duração e fazendo uso das novas tecnologias de informação e comunicação geradoras de valor na interação com o cidadão.

Neste Plano constatamos o aumento nas novas tecnologias de informação e comunicação na Saúde, numa aposta clara na informatização que irá permitir ligar os vários sistemas informáticos que já estão implementados nas Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais, e a aposta na telemedicina para todas as ilhas da Região.

Quem intervém sobre um sistema de saúde deverá ter consciência de que os resultados obtidos nem sempre são os pretendidos ou sequer os esperados, e que os sistemas são, por definição, refratários à mudança.

Os resultados de uma intervenção num sistema complexo como o sistema de saúde não são objetiváveis no imediato, independentemente, de estarmos convictos que é possível continuar a racionalizar no futuro.

Neste âmbito, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista recorda que, entre 2010 e 2011, o Serviço Regional de Saúde poupou 24 milhões de euros.

Senhora Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente,
Senhora e Senhores Membros do Governo

O Partido Socialista tem a responsabilidade política na concretização e consolidação do modelo do Serviço Regional de Saúde, para continuar a torná-lo o instrumento privilegiado da política social, e implementar medidas que melhorem a gestão e a racionalidade do setor.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que o XI Governo Regional tem condições políticas e institucionais para poder propor e decidir reformas consensuais e duradouras.

O Serviço Regional de Saúde enfrenta, assim, muitos desafios, que carecem de um consenso alargado, responsável e comprometido de todos os partidos políticos, entidades e organizações representativas das várias classes profissionais, dos cidadãos e comunidades, em resposta ao desafio feito pelo Presidente do XI Governo Regional, que, como afirmou, e cito: ***"É disso, também, que se trata quando se fala de defender a Autonomia."***

Disse.

Domingos Cunha
X Legislatura